

# A Mocidade Portuguesa Feminina e a Itália fascista

[officinadellastoria.eu/it/2020/06/29/a-mocidade-portuguesa-feminina-e-a-italia-fascista/](http://officinadellastoria.eu/it/2020/06/29/a-mocidade-portuguesa-feminina-e-a-italia-fascista/)

Irene Pimentel

Giugno 29, 2020



## *A criação das organizações femininas do Estado Novo*

A partir de 1932, ano da nomeação pelo Presidente da República de António de Oliveira Salazar para a chefia do governo português, foram criadas as principais instituições do Estado Novo – institucionalizado por uma nova Constituição – a polícia política, os aparelhos de propaganda e de censura, bem como foram promulgadas as leis corporativas. A nível europeu, o período entre-guerras foi de reforço do Fascismo na Itália e do Nacional-socialismo na Alemanha, que se transformaram em regimes de novo tipo, criando organizações estatais de enquadramento de mulheres e de jovens.

Seguindo em parte esses modelos, o regime salazarista, que foi o primeiro em Portugal a “conceder” o direito de voto a mulheres das elites, em 1933, e a torná-las elegíveis para a Assembleia Nacional, no ano seguinte. Posteriormente, os anos de 1935 e 1936 foram de «crispação fascista» do regime salazarista. Não só foram então criadas uma nova força para-militar – Legião Portuguesa (LP) –, como organizações feminina e da juventude, a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e Mocidade Portuguesa (MP), em 1936, e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) no ano seguinte.

A tensão entre esse projecto estatal de enquadramento e a preocupação de limitar a onnipotência do Estado, sossegando a Igreja, a Família e a Escola estiveram presentes ao longo do início da vida da MP e da MPF. Por outro lado, sendo o Estado Novo um regime nacionalista que, segundo Salazar, não seguia modelos estrangeiros, esse início de vida foi também marcado por um relacionamento entre essas organizações portuguesas e estrangeiras, mentre as quais se contou as do fascismo italiano.

Em Portugal, a primeira organização estatal da juventude do Estado Novo foi a Acção Escolar Vanguarda (AEV), criada em 1934, embora de filiação voluntária. No ano seguinte, Francisco José Nobre Guedes, que viria a ser o primeiro comissário nacional da MP – e ministro plenipotenciário de Portugal em Berlim, em 1940 – defendeu a ideia de criação de uma organização da juventude masculina de carácter obrigatório. Por seu

lado, ao ser nomeado, em Janeiro de 1936, para o então Ministério da Instrução Pública, ao qual daria o novo nome de Ministério da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco levou à prática esse designio

Anunciou a criação de «uma organização nacional e paramilitar» da «mocidade portuguesa», para estimular nos jovens o «desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do seu carácter e da sua devoção à Pátria» (Base XI da Lei nº 1941, de 11 de Abril de 1936)<sup>[1]</sup>. A Organização Nacional Mocidade Portuguesa (ONMP, ou MP), foi instituída em 19 de Junho e de 1936, com o objectivo de abarcar toda a juventude «escolar ou não» dos 7 aos 14 anos<sup>[2]</sup>. As crianças e os jovens deveriam ser organizados por idades: os Lusitos, dos 7 aos 10 anos; os Infantes, dos 10 aos 14 anos; os Vanguardistas, dos 14 aos 17 anos, e, numa base não obrigatória, os cadetes, a partir dos 17 anos, submetidos a treino pré-militar e integrando a milícia da MP.

### *A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)*

Pouco tempo depois, foi oficialmente criada, em 15 de Agosto desse ano, pelo Decreto-Lei n.º 26 893, a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)<sup>[3]</sup>, a primeira organização de mulheres do Estado Novo, também pela mão de António Carneiro Pacheco. Este último foi acusado, nos meios católicos e até em sectores do regime, de ter copiado as organizações fascista e nacional-socialista, bem como de ter submetido os direitos da família e da Igreja, estabelecidos na Constituição de 1933, aos interesses do Estado. No discurso proferido, quando a junta central da OMEN foi nomeada<sup>[4]</sup>, Carneiro Pacheco afirmou caber ao Estado – neste caso, o Ministério da Educação Nacional (MEN) – complementar a tarefa familiar através da educação nas escolas e da reeducação das mães através da OMEN. No entanto, como «só uma mentalidade nova faria ressurgir Portugal» e se tornara necessário integrar a «educação religiosa, cívica, nacionalista, estética e física num sistema de educação integral», tinha-se encetado, segundo Carneiro Pacheco, a reforma do ensino numa perspectiva nacionalista<sup>[5]</sup>.

Antes que a Escola fosse reformada no sentido de fornecer «consciência e unidade nacionais, hábitos de coesão e patriotismo militante, disciplina militar, activa confiança nos destinos de Portugal», o Estado vira-se porém obrigado a criar a Mocidade Portuguesa, com a missão de despertar «o amor da juventude à Pátria portuguesa»<sup>[6]</sup>. Por outro lado, ao mesmo tempo que se reformava a Escola, «oficina dos pais de amanhã», tornara-se necessário, ainda segundo o novo ministro, «corrigir e suprir as deficiências nos de hoje», através da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN).

Nascida «para restaurar na família a consciência da sua indeclinável missão de educar os portugueses de amanhã», glorificar a maternidade, fortalecer os laços morais e elevar o «nível de cultura em princípios elementares de higiene e em regras sociais de cooperação entre famílias»<sup>[7]</sup>, a OMEN<sup>[8]</sup> propunha-se cumprir vários objectivos. Numa base de recrutamento voluntário, cabia-lhe «estimular a acção educativa da Família», «assegurar a cooperação entre esta e a Escola», e, por outro lado, «preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais». Tal

como a Constituição de 1933 orientava a acção educativa segundo os princípios da «doutrina e moral cristãs tradicionais no País», também a OMEN cooperaria com a escola na defesa do «património espiritual da Nação» e na luta contra «o paganismo».

A principal missão da organização feminina era servir no campo específico feminino o projecto político salazarista de diluição das classes no seio da «comunidade nacional» e atribuir a cada um/a a sua função. Ora, era função específica da elite feminina do Estado Novo «exercer acção social, moralizadora e educativa» assim como «estimular e dirigir a habilitação da mulher, em geral, e especialmente as mães, para a educação familiar, de harmonia com as boas tradições portuguesas»<sup>[9]</sup>. O Estado Novo teve, porém, primeiro de criar essa elite feminina do regime, canalizando para a OMEN as mulheres da direita conservadora já actantes em associações de assistência e de educação.

Na primeira reunião da OMEN, realizada em 11 de Julho de 1936, Isabel (Elizabeth) d'Albignac Bandeira de Melo (condessa de Rilvas) foi nomeada presidente efectiva da organização, até falecer em 23 de Maio de 1945. Segundo os estatutos da OMEN, presidiu também à criação da futura Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), que viria a ser chefiada pelas vice-presidentes da OMEN, Maria Baptista dos Santos Guardiola, Fernanda de Almeida d'Orey, Maria Joana Mendes Leal e Maria Luísa Saldanha da Gama Vanzeller. Estas últimas duas dirigiam organizações independentes, escolares e universitárias da Acção Católica Portuguesa (ACP), facto revelador de que a ligação à doutrina da Igreja Católica foi desde logo assegurada pelas dirigentes escolhidas para liderar as organizações femininas estatais.

Quanto às organizações católicas, Carneiro Pacheco teve uma dupla política: tentou acabar com algumas delas – caso do escutismo – mas a resistência da Igreja depressa o demoveu, obrigando-o a enveredar pela tática de convidar as respectivas dirigentes para chefiar a OMEN e a MPF. Criada «a partir de cima», a primeira organização estatal feminina não pretendeu mobilizar nem enquadrar obrigatoriamente as mulheres portuguesas. Estas, exceptuando algumas jovens solteiras e mães católicas da «melhor sociedade» deviam dedicar-se prioritariamente às suas famílias.

### *Assistir as mães para reeducar*

Organização aparentemente despolitizada, a OMEN não deixou de preencher, através da sua actuação «educativa» e «assistencial», um espaço político e social. Segundo a condessa de Rilvas, que não se cansou de repetir que a assistência não era o fim principal da OMEN, esta criaria centros sociais e educativos destinados às mães «em todos os meios: urbanos, industriais e rurais»<sup>[10]</sup>. Entre 8 e 14 de Dezembro de 1938, realizou-se ainda a primeira das anuais Semanas da Mãe com as quais a OMEN tentou ao longo dos anos «exaltar a família» e a maternidade e ao mesmo tempo lutar contra o trabalho feminino extra-doméstico e a mortalidade infantil. Por outro lado, a OMEN instituiu o «prémio às famílias numerosas», que recompensava as mães de famílias «legítimas» e prolíficas, na sua maioria do meio rural, precisamente aquele que não era abrangido pelo abono.

Uma das formas de o Estado cooperar «supletivamente» com a família consistiu na atribuição à OMEN, pelo menos em teoria, da educação infantil pré-escolar, que, em 1936, segundo as próprias palavras de Carneiro Pacheco, existia então só em quatro cidades e abrangia escassas três mil crianças. Cabia assim à OMEN ocupar-se das crianças até aos quatro anos de idade e suprir a sua impreparação para o ingresso na escola, «desbravando os seus cérebrosinhos», «igualando-as com jogos infantis» e ajudando «os filhos do povo a entrar na vida espiritual»<sup>[11]</sup>. Por outro lado, também caberia à OMEN, através da MPF, compensar a saída prematura da escola e ajudar «os filhos do povo a formar-se melhor para as lutas da vida».

### *Objectivos da OMEN cumpridos?*

Num balanço das suas actividades realizado em 1971<sup>[12]</sup>, a própria OMEN dividiu a sua vida em três períodos: entre 1938 e 1945, numa fase de implantação e de acção educativo-assistencial nos primeiros centros sociais e educativos; entre 1946 e 1958, num período em que a actuação no meio rural tomou «predomínio sobre os meios operário e urbano» através dos centros de formação familiar rural, e, entre 1959 e 1971, fase vagamente caracterizada como sendo de procura da colaboração «com uma sociedade em franca evolução e resolução, tanto no âmbito familiar como social».

No entanto, dos magnos objectivos iniciais, nenhum seria cumprido. Não só os «prémios às famílias numerosas» não foram «educativos», como a acção da OMEN no campo da educação pré-escolar e escolar quase não se fez sentir. As creches e as cantinas criadas pela organização feminina foram escassas; os cursos de puericultura foram substituídos por aulas de inculcação moral e religiosa e a formação da juventude ficou a cargo de uma MPF autonomizada. Quanto ao propósito que aspirava criar a mulher «nova», através da «reeducação» da mulher «velha», ficou longe de ser concretizado. Nem as mães foram «reeducadas» nos poucos cursos de educação familiar ministrados nos centros da OMEN nem a defesa dos «bons costumes» e «o embelezamento da vida rural» saíram no campo de anacrónicas boas intenções.

Quanto ao regresso das mulheres ao lar esbarrou com a necessidade do contributo de todos os membros da família para o salário familiar. A mortalidade infantil, que a OMEN pretendeu diminuir, nunca deixou de ser em Portugal a mais alta da Europa. Lembre-se que, em 1941, apesar dos «prémios às famílias numerosas», mais de 150 crianças por mil morriam antes do primeiro ano de idade. A partir dos anos cinquenta, a OMEN decidiu virar-se para o meio rural, que parecia aos seus olhos o último reduto de uma sociedade que ela pretendia manter tradicional a todo o custo. Nesse período, em que a sua quase única preocupação se prendia com a formação de quadros para a educação familiar rural, em vez de nacional e «educativa», a OMEN já era só uma organização localizada em certas zonas – Braga e Portalegre.

A sua elite dirigente também já não era a mesma dos anos trinta. A partir da década de 60 do século XX, passou a ser constituída por assistentes sociais e educadoras familiares; profissionais pouco-pagas e desprestigiadas. Criada para neutralizar certas correntes femininas da oposição ao regime, para disputar sem a hostilizar o monopólio

da organização feminina à Igreja, para aproveitar a actividade de certas mulheres tradicionalistas dos meios sociais e políticos da elite do regime, a OMEN foi um instrumento de despolitização e desmobilização, no sentido em que orientou a acção das mulheres para tarefas meramente «femininas». Não deixou porém de ser uma organização política, com o objectivo inicial – como outros instrumentos da ditadura – de impor uma única ordem ideológica, moral e religiosa no seio das mulheres.

Com a Igreja, de cujas associações femininas era uma potencial rival, a OMEN manteve uma competição cooperante, partilhando algumas das suas dirigentes e o mesmo objectivo de «recristianização da sociedade». Já na sua relação com a instituição familiar, a OMEN teve a veleidade «educativa» de penetrar ideologicamente no seio de alguns espaços privados, partilhando aliás essa tentativa com a Igreja. Em particular, através dos «prémios», pretendeu exercer um controlo social e moral, com poderes de exclusão e de recompensa, sobre as famílias. No entanto, mesmo se teve propósitos «educativos» – ou «reeducativos» –, não foi nem um movimento enquadrador de todas as mulheres nem uma «vanguarda» da elite feminina salazarista, embora tivesse formado parte desta. Na eterna discussão travada no seio do regime e da própria OMEN sobre se a sua actuação deveria ter um carácter assistencial ou educativo, na prática a primeira organização de mulheres do Estado Novo limitou-se a catequizar algumas mães e a praticar de forma paternalista e moralista alguma caridade pontual.

#### *A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*

A Constituição salazarista de 1933 reconheceu que, não sendo o Estado o «educador por excelência», cabia às famílias e, em parte, à Igreja grande parte das tarefas educativas. No entanto, Salazar deixou claro que, a Pedro só cabia o que era de Pedro e a César cabia o que era de César e, num período em que as famílias estavam em «decadência» e a escola eivada de vícios jacobinos, cabia ao Estado autoritário ajudar essas instituições nas tarefas educativas. Desse objectivo ficou incumbido Carneiro Pacheco, que se propôs enquadrar as crianças e os jovens, formando-os desde a «primeira idade plástica» no ideário nacionalista e na doutrina católica.

Era preciso, porém, atender «às circunstâncias de sexo» e, nesse propósito Carneiro Pacheco revelou, ao criar as organizações de juventude, alguma originalidade, relativamente aos modelos provenientes da Itália fascista e da Alemanha nazi. Não só separou a MPF da MP, como atribuiu chefias específicas a cada uma dessas organizações de juventude. A estrita separação de esferas consoante o sexo também se aplicou assim nas organizações de juventude portuguesas, ficando desde logo a MPF com uma direcção feminina e sendo a sua criação concebida no âmbito da OMEN.

A primeira referência de Carneiro Pacheco a uma organização das raparigas surgiu em 24 de Maio de 1936, no discurso proferido na Sociedade de Geografia, onde aquele anunciou que a MP teria «em conta as circunstâncias especiais de *sexo*, idade e lugar», a futura criação da «parte feminina da MP». A organização da juventude feminina foi, assim, publicamente encarada só depois da criação da MP e da OMEN e, apenas em 8 de Novembro, a MPF voltaria a ser referida por Carneiro Pacheco.

Na abertura das aulas do Liceu de Dona Filipa de Lencastre, o ministro declarou que a «educação da mulher portuguesa» deveria incluir uma «verdadeira formação moral», de modo a dar-lhe «uma superioridade na educação dos filhos» e a habilitá-la «para a acção social à roda de si». O ministro voltou, porém, a esclarecer que o «programa integral» de educação das jovens «excedia as possibilidades da família e da escola» e, por isso, anunciou que tinha incumbido a OMEN de formar a secção feminina da MP.

Chamada Mocidade Portuguesa Feminina, esta foi regulamentada, em 8 de Dezembro de 1937, pelo Decreto n.º 28 26, em cujo artigo 9, estabelecia a obrigatoriedade de inscrição nessa organização a todas as portuguesas, estudantes ou não, desde os sete anos até aos 14 anos, e às que frequentavam o primeiro ciclo dos liceus, oficiais e particulares. O estatuto estipulava também que a organização tinha por fim formar uma mulher «nova», através da «educação moral, cívica, física e social»: A OMEN delegava a sua direcção da MPF num comissariado nacional, constituído, a partir de 24 de Dezembro de 1937, por Maria Guardiola (comissária nacional), Maria Luísa Vanzeller e Maria Fernanda d'Orey (comissárias nacionais adjuntas).

O «território da metrópole» subdividia-se, hierárquica e geograficamente, em «províncias» e «regiões» com, respectivamente, «divisões» e «alas» que, por seu turno, se desdobravam em «centros». Nestes, as filiadas eram agrupadas, numericamente, em «quinas» (cinco filiadas), «castelos» (cinco «quinas»), «grupos de castelos» (quatro «castelos»), «bandeiras» (três «grupos de castelos») e «falanges» (duas «bandeiras»). Segundo a idade, as filiadas eram adjectivadas de «lusitas» (7 a 10 anos), «infantas» (10 a 14), «vanguardistas» (14 a 17) e «lusas» (17 a 25), que, a partir dos 21 anos, integrariam o Corpo de Serviço Social.

Na II Semana da Mãe, em 1939, Carneiro Pacheco assegurou, porém, que a «Obra das Mães, por si e pela Mocidade Portuguesa Feminina», iria combater o «doentio saudosismo» e a educação «à moda antiga» ministrada por muitas «mães ricas justamente preocupadas com os desvarios do mundo, mas em pernicioso erro de visão sobre os meios eficazes de preveni-los nas filhas». Havia, segundo o ministro, uma educação moderna que ele considerava «indispensável» para «formar mulheres capazes para a vida, de corpo e espírito sãos, senso prático, poder de realização, carácter forte, prontas a servir, no mais alto sentido social desta palavra, a Deus, à Pátria e à Família»<sup>[13]</sup>.

### *A questão escutista, a masculinização e a militarização das jovens*

Esta opinião do ministro da Educação Nacional poderá ter sido uma tomada de posição na polémica que se gerou em 1938 em torno do desporto e da «militarização» das jovens ou uma resposta à Igreja Católica, que, na disputa pelo monopólio da organização e educação da juventude ao Estado, queria manter para si própria ou para as famílias esses espaços de actuação. Os três anos entre 1936 e 1938 foram de tensão entre o Estado e a Igreja devido à questão escutista. Ao chegar o momento da criação da MP.

Carneiro Pacheco anunciou então «desoficialização do movimento escutista», para responder à «necessidade dum concentração de todos os esforços em um programa nitidamente nacional, a realizar pela articulação da escola com organizações cooperadoras do programa educativo do próprio Estado»<sup>[14]</sup>. A OEP foi extinta pela Portaria n.º 8488 em 13 de Agosto de 1936, embora o CNE tivesse continuado a existir, com actividade reduzida<sup>[15]</sup>. Por seu turno, quando a MPF foi institucionalizada, em 1937, o governo também solicitou à Associação de Guias de Portugal (AGP) que cessasse as suas actividades<sup>[16]</sup>.

A Igreja encarou a iniciativa estatal de criar as MP «com alguma reserva, no temor de que a divinização de ideais terrenos» pudesse «afastar a juventude dos caminhos de Deus». Por isso, o chefe da Igreja, cardeal Cerejeira enviou a Salazar um intermediário para manifestar a sua preocupação. Este último, Carneiro de Mesquita, ouviu do presidente do Conselho palavras apaziguadoras, assegurando-lhe Salazar de que não seria «totalitarista a orientação a seguir»<sup>[17]</sup>.

No entanto, o ano de 1942 voltaria a ser sombrio devido ao Decreto-Lei n.º 31 908, que obrigou todas as associações de juventude a submeter os seus estatutos à MP, espalhando de novo o pânico entre a juventude escutista. Os perigos que pairavam sobre o escutismo só cessariam definitivamente no início da década de cinquenta, tendo nomeadamente a AGP reaparecido em 1953.

A disputa pelo monopólio da educação da juventude, tanto masculina como feminina, não foi o único tema de controvérsia no dealbar da vida da MPF. Outros dois houve mais directamente relacionados com a organização feminina da juventude: o desporto e a educação física, por um lado, e a militarização, por outro lado. Relativamente à primeira questão, de contar com a oposição de certos sectores masculinos da Igreja e do Estado Novo para os quais o desporto e a educação física «masculinizavam» as mulheres e constituíam uma arma do comunismo e do feminismo.

Uma dessas vozes foi a do primeiro comissário nacional da MP, Francisco Nobre Guedes, que, em Maio de 1938, concedeu uma entrevista ao jornal *O Século*, aliás censurada e enviada a Salazar, manifestando sérias dúvidas relativamente à organização das raparigas, recusando qualquer espécie de «modernismos»:

«Ao modernismo, à desenvoltura, tem de ser marcado limite. E isto cabe à superior direcção da Mocidade Portuguesa Feminina. Está em boas mãos. Definir à MPF a formação moral e espiritual não é difícil: a dificuldade está no resto. A mulher portuguesa deve ser da sua época; desenvolta embora [estas duas palavras foram riscadas a azul pelo censor], deve manter virtudes cristãs e caseiras. [...]. É um problema inteiramente diferente do dos rapazes nos meios a adoptar e nos fins a atingir. E evidentemente que as raparigas da MPF não se confinam só à formação do espírito para o que há instituições privativas; deve procurar a desenvoltura física, através da prática de exercícios mas só certos exercícios. Daqui a qualquer coisa que tenda para a masculinização da rapariga, vai a distância que separa a razão da loucura»<sup>[18]</sup>.

Nobre Guedes acrescentou ter defendido internamente «o condicionamento apertado» dos desportos praticados pelas jovens, defendendo que a natação – palavra riscada pelo lápis azul da censura –, o ténis, os desportos de mar e os jogos, embora salutar, deviam ser vedados às raparigas, pois contribuía para a «influência desmoralizadora das virtudes que queremos nas nossas mulheres». Intui-se, na entrevista com o comissário nacional, que houve alguma polémica sobre o assunto entre sectores do regime e dirigentes da MPFe que foi selado um compromisso, expresso no regulamento da organização feminina de Dezembro de 1937. A educação física ficou aí com um lugar destacado, a par da educação moral, cívica e social, mas foram dela «excluídas as competições ou exhibições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher» ou que ofendessem «a delicadeza do pudor feminino».

O comissário nacional da MP ergueu-se também contra a «militarização» das raparigas, ao esclarecer que teria preferido a rejeição das designações dos escalões, pois os termos «infanta», «vanguardista» ou «falange» lhe lembravam a origem e o sabor militares. Ao ser questionado sobre se as raparigas da MPF também iriam desfilar na parada do 28 de Maio de 1938, Nobre Guedes informou ter ficado acordada a participação destas em bancadas separadas. O certo é que quando a MPFse referiu posteriormente a essa jornada em que as suas filiadas saíram pela primeira vez para o espaço público, pareceu estar a responder a possíveis acusações:

«rapazes e raparigas têm lugares diferentes, e naquela tarde de 28 de Maio cada um estava no seu posto: os rapazes marchando ao som das cornetas e dos tambores e as raparigas seguindo com os olhos e o coração a bandeira que os guia – e as guia também a elas! Os rapazes ao sol! As raparigas mais na sombra»<sup>[19]</sup>

Nesse mesmo ano de 1938, num discurso proferido no Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, Maria Guardiola esclareceu que o objectivo educativo da MPF não se ficava pelas «formaturas, simples episódios da sua vida colectiva», embora estas pudessem desde logo incutir às jovens «benéficos hábitos de disciplina e aprumo»<sup>[20]</sup>. O assunto foi considerado de tal importância que no livro oficial da organização ficou assinalado que a MPF não era «uma milícia feminina com aspirações masculinas», mas, sim, «uma organização de raparigas que não deixam de ser raparigas»<sup>[21]</sup>

### *A MPF ao longo dos anos.*

A vida da OMEN MPF pode ser periodizada em quatro fases, que assumiram a forma de décadas.

**1938-1947/48.** Nessa primeira fase, que decorreu entre o final dos anos 30 e 1947, quando Salazar recompôs as forças do seu regime, a OMEN criou os seus centros sociais e educativos, enquanto a MPF reforçou o seu poder educativo no seio das escolas, nomeadamente do ensino secundário, com a integração das suas actividades de educação física, canto coral e formação nacionalista no plano escolar.

**1948-1957.** Esta segunda fase terminou quando a OMEN se virou para a formação de centros rurais e de educadoras de educação familiar e a MPF, que foi integrando as suas actividades no currículo escolar, foi remodelada, em 1957/1958, com o fim da obrigatoriedade a partir do 4.º ano liceal<sup>[22]</sup>.

**1958-1967.** Enquanto a OMEN tentava manter imutável uma sociedade rural a braços com êxodos para a cidade e com a emigração, mas atingia só escassas jovens rurais e formava algumas educadoras familiares, a MPF, após a remodelação de 1957/1958, pôs em marcha um novo plano de actividades, enfrentando críticas contra a obrigatoriedade e a crescente resistência da escola contra a intromissão da organização feminina, cujas actividades eram vistas como uma duplicação relativamente às aulas escolares. No final desse período em que a OMEN agonizava, a MPF não conseguiu impedir que o ministro da Educação Nacional transformasse a MPF numa associação circum-escolar sob autoridade das direcções escolares.

**1968-1974.** Na fase terminal da OMEN e da MPF, num tempo que se iniciou com a doença de Salazar e a sua substituição por Marcelo Caetano, Maria Guardiola demitiu-se de comissária nacional da organização feminina de juventude. Durante o «marcelismo», o último ministro da Educação Nacional, José Veiga Simão, entre 1970 e 1974, deu a primeira «machadada» à MP e à MPF ao acabar com o regime de obrigatoriedade. Este período terminou em 25 de Abril de 1974, com a extinção da MPF e da MP, embora a OMEN só fosse abolida em 1975.

#### *Afinidades electivas – influências externas*

Ao serem criadas, em 1936 e 1937, as organizações femininas do Estado Novo inspiraram-se em modelos já existentes na Itália fascista e na Alemanha nacional-socialista. No entanto, assim como Salazar, Carneiro Pacheco teve o cuidado de se defender de críticas, até no seio do regime, ao afirmar que a OMEN, a MP e a MPF tinham carácter estritamente nacional(ista). É também um facto que o relacionamento entre as organizações femininas portuguesas e as suas congéneres alemã e italiana foi substancialmente menor do que o que existiu entre a MP e as organizações masculinas da juventude fascista e nazi<sup>[23]</sup>.

Na sua política relativamente às mulheres, depois de Mussolini ascender ao poder na Itália, em 1922, o regime fascista inspirara-se no movimento natalista, tanto seguidor das encíclicas de Pio XI como na corrente eugénica para promover uma política de natalidade e de retorno da mulher ao lar. No ano seguinte, o Estado fascista começou por reformar a Casa Nazionale di Maternità (criada em 1911), e criou, em 1925, a Opera Nazionale per la Maternità ed Infanzia (ONMI), instituição de apoio à maternidade e à infância, que influenciaria a organização portuguesa Defesa da Família e a própria OMEN.

Em 6 de Maio de 1927, o Duce definiu como um dos objectivos a «defesa da raça» italiana, através do aumento da população de 40 para 60 milhões. Para cumprir esse fim, instituiu medidas de carácter repressivo e outras de apoio à família. Entre estas,

contaram-se a isenção de impostos aos pais de famílias numerosas, as licenças de parto, bem como empréstimos estatais de casamento e de nascimento. Para incentivar uma natalidade alta, foram ainda criados, em 1936, os abonos de família (*assegni familiari*), seguindo a ideia de «salário familiar» da encíclica *Quadragesimo anno* (1931) de Pio XI, e, em 1939, o *premio di natalità*, tal como o abono, atribuído ao «chefe de família».

Quanto a organizações femininas e de juventude, o fascismo começou por criar, ainda na sua fase de movimento, os Fasci Femminili. Ao transformar-se em «regime», em 1922, organizou inicialmente as raparigas numa secção feminina separada, tutelada pelos Fasci Femminili, mas no seio da Organizzazione Nazionale Ballila (ONB), criada em 1926. A ONB, mista, começou por ser tutelada pelo Ministério da Educação, enquadrando as crianças e os jovens segundo a idade e o sexo: dos 4 aos 8 anos nos *figli della lupa*; dos 8 aos 14 anos, nos *balillas* e nas *piccole italiane*, respectivamente, os rapazes e as raparigas; dos 14 aos 18 anos, os jovens chamavam-se *avanguardisti*, e as jovens *giovani italiane*; e, a partir dos 18 anos, respectivamente, *giovani fascisti* e *giovane fasciste*<sup>[24]</sup>.

A tentativa estatal de monopolizar a educação e a organização da juventude desencadeou de imediato conflitos entre o Estado fascista e a Igreja, que foi inicialmente obrigada a dissolver as organizações da Acção Católica. Em 1929, o Duce reivindicou, num discurso proferido em Milão, a pertença ao Estado das «gerações novas» que por isso eram obrigadas a frequentar «exclusivamente» as instituições do regime. Embora fossem assinados, em Junho desse ano, entre o Estado italiano e o Vaticano os Acordos de Latrão, o papa Pio XI reafirmaria, na encíclica *Divini Illius Magistri*, contra a «estatocracia». O conflito entre o Estado fascista e a Igreja diminuiu de tom a partir de 1931. No compromisso então selado, a Acção Católica foi autorizada a actuar no campo social e religioso, mas teve de desistir de organizar o desporto juvenil e prescindia de actuar politicamente<sup>[25]</sup>.

*Na Itália, a competição entre Pedro e César foi, até à assinatura dos Acordos de Latrão, em 1929, mais conflituosa do que em Portugal.*

Recorde-se que um dos motes do Estado Novo, seguido pela MPF, era – por esta ordem – «Deus, Pátria, Autoridade, Família...», enquanto, na Itália, o *Stato* fascista e a sua ideologia pontificaram acima da religião. Em Portugal, depois de uma breve tentativa de neutralizar o movimento escutista – nunca acompanhada de igual propósito relativamente às organizações juvenis da ACP –, a MPF teve uma atitude de colaboração com a Igreja. Instituiu nomeadamente como sua principal actividade a formação moral e mobilizou as filiadas sobretudo através de manifestações religiosas.

Já o relacionamento entre organizações de juventude portuguesas e italianas, existiu sobretudo ao nível da MP masculina. Em 25 de Abril de 1936, o jornal salazarista *Diário da Manhã* referiu que «os “Ballilas” e os “Avanguardisti”» eram «os melhores alicerces do movimento fascista», observando que também estava a decorrer em Portugal «a obra de integração da juventude na empresa restauracionista e progressiva do Estado

Novo». O *Diário de Notícias* publicou, por seu turno, em 16 de Novembro, um editorial onde a MP era considerada «um pequeno núcleo bonito» de «jovens física e moralmente educados como na Itália fascista».

Os «camisas verdes» da MP participaram, ao lado de «camisas negras» italianas, «camisas castanhas» alemãs e «camisas azuis» espanholas, em comícios anticomunistas realizados em 28 de Agosto e em 18 de Setembro, respectivamente na Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, e no Palácio de Cristal, no Porto. Todas essas «camisas» também estiveram presentes na manifestação de apoio ao corte de relações com a Espanha republicana, realizada no Terreiro do Paço, em 30 de Outubro. O *Diário de Notícias* e de *O Século* deram conta, em Novembro de 1936, que a MP tinha realizado, no Teatro de São Luís, «uma sessão cinematográfica de carácter nacionalista, com filmes gentilmente cedidos pela Legação da Alemanha e pela Casa da Itália». Nos balcões, puderam ser vistas «delegações masculinas e *femininas* da Juventude Hitleriana e da Juventude Fascista Italiana» (itálicos nossos).<sup>[26]</sup>

Quanto à organização estatal feminina, uma pequena nota oficiosa na imprensa portuguesa, em 16 de Outubro de 1937, deu conta da ocorrência de um encontro entre o ministro da Educação Nacional e dirigentes da OMEN recém-regressadas de uma «viagem de estudo» a Itália. Entre estas, contaram-se Palmira Morais Pinto e as três futuras dirigentes da MPF, Maria Guardiola, Fernanda de Almeida d'Orey e Maria Luísa Vanzeller, médica que proferiu aliás, ainda nesse ano, no Liceu de Dona Filipa de Lencastre, uma conferência sobre a educação feminina na Itália<sup>[27]</sup>. A imprensa portuguesa noticiou também que havia sido elaborado um relatório dessa «missão de estudo», cujo paradeiro se desconhece.

Não são conhecidos os motivos da viagem da delegação feminina portuguesa à Itália, mas é sintomático que, à semelhança desta viagem a Itália e ao contrário da MP, a MPF não tenha realizado sequer uma à Alemanha, o que parece indicar uma proximidade e um relacionamento privilegiado inicial com o fascismo italiano, cujo modelo organizativo os governantes portugueses não desconheciam. Carneiro Pacheco, de quem terá certamente partido a ideia da «missão de estudo», deslocara-se por seu turno, em Novembro de 1936, à Itália e à Alemanha para estudar o funcionamento das associações escolares e as respectivas obras de educação e de assistência<sup>[28]</sup>.

A 23 de Setembro de 1937, mês da realização da viagem a Itália de uma delegação das futuras dirigentes da MPF, José d'Ávila Lima, ministro em Roma (Quirinal), informou a sua tutela sobre a «incorporação da chamada “Opera Balilla” nos quadros do “Partito Nazionale Fascista” sob o nome de “Gioventù Italiana del Littorio”» (GIL). O diplomata português deu ainda conta de «boatos» cortados «cerce, à maneira fascista» relativos a «uma suposta grave desinteligência entre o PNF e o Ministério della Educazione Nazionale»<sup>[29]</sup>.

Depois, ao apresentar a MPF, em Dezembro de 1937, António Carneiro Pacheco considerou a organização feminina «uma instituição de características absolutamente nacionais». Realçou, no entanto, os seus «pontos similares com outras instituições

estrangeiras criadas para o mesmo fim: educar e nacionalizar a juventude, preparando a mulher de quem depende a segurança e a felicidade da família, e por conseguinte o bem da nação»<sup>[30]</sup>. Em Março de 1939, um ano antes de ser indigitado para o cargo de ministro plenipotenciário na Legação Portuguesa da Santa Sé, Carneiro Pacheco voltou a deslocar-se a Roma, onde teve um encontro com o ministro italiano da Educação, Giuseppe Bottai. Carneiro Pacheco manifestou então ao seu homólogo o desejo de intensificar «o estreitamento das relações entre os dois países», nomeadamente as «relações culturais», tendo Bottai acrescentado em francês: «*et même politiques*»<sup>[31]</sup>.

Em 10 de Agosto desse mesmo ano de 1939, o representante português no Quirinal, Ávila Lima, informou o MNE de que teriam surgido problemas com a *Azzione Catolica Italiana*, cujo novo regulamento fora publicado no mesmo período em que o Estado criou o «Centro de Preparação Política para os Jovens», uma escola de quadros da juventude dirigida pelo Partido Nacional Fascista (PNF)<sup>[32]</sup>. Em 10 de Fevereiro de 1940, o ministro em Roma enviaria, por seu turno, ao MNE um relatório sobre a GIL, que enquadraria cerca de sete milhões de crianças e de jovens. As jovens universitárias estavam, por seu turno, organizadas nos *Gruppi Universitari Fascisti* (GUF), mistos, que enquadrariam 98 834 jovens de ambos os sexos<sup>[33]</sup>. Em Outubro de 1940, o Consulado da Itália em Lisboa convidaria as dirigentes da MPF para assistirem a uma sessão de cinema sobre as organizações fascistas na Casa da Itália.

Mas, ao contrário das organizações femininas estatais da Itália fascista, a MPF nasceu «a partir de cima», tal como a OMEN, que ficou com a incumbência de criar e dirigir a organização feminina da juventude. A MPF nunca foi, assim, incluída na MP, e ficou, por outro lado, sob tutela do MEN, que lhe permitiu ao longo dos anos uma autonomia relativa, até porque a sua dirigente máxima, Maria Guardiola, assegurou ao regime e à Igreja a fidelidade ideológica e religiosa, não se contradizendo uma à outra. Um dos pontos que motivou desconfiança no seio da MPF foi precisamente o culto «pagão» do corpo e os desportos femininos «competitivos» e «exibicionistas» que tinham lugar na Itália fascista.

#### *MPF: conflitos entre o Estado, a Igreja, a Família e a Escola*

Além do facto de a MPF, inicialmente a cargo da OMEN, ter permanecido sob direcção autónoma feminina sem se subordinar à MP ou ao partido estatal – UN –, a organização portuguesa de raparigas assumiu-se sempre como «tradicionalmente feminina». Através da MPF, as jovens não se inseriram, em consequência, como na Alemanha e na Itália, no mundo da juventude, mas no mundo das mulheres. Por outro lado, o carácter laico, politizado, mobilizador e «totalizante», no sentido de invadir o espaço privado, intervir no seio da família e de eliminar as instituições intermédias – Igreja e instituição familiar –, só em parte existiu no caso português. É certo que o Estado Novo manteve, no início, um conflito com a Igreja, à qual disputou a assistência social, a educação e a organização das mulheres e da juventude. Assim como cuidou em “comprar” e domesticar as Forças Armadas, mas isso é outro tema.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o regime salazarista erigiu a família como núcleo primário do seu edifício corporativo e se propôs defendê-la, invadiu frequentemente o seu espaço privado, ao monopolizar e arregimentar as crianças e os jovens, por vezes contra a Igreja e os núcleos familiares. Essas contradições e essas rivalidades acabaram porém por se transformar em interesses comumente partilhados e em colaboração mútua. Ideologicamente, a elite dirigente da OMEN e da MPF compartilhou os mesmos inimigos do Estado Novo – o liberalismo e o comunismo –, erigindo como adversário específico o feminismo. Esses inimigos do regime também o eram da Igreja, que, no início, temeu a interferência “totalitária” do Estado nos sectores tradicionalmente influenciados por essa instituição: a assistência, a educação e as organizações femininas e juvenis.

Surgindo aparentemente como uma salvaguarda da privacidade do espaço familiar, a Igreja estava, no entanto, longe de representar um corpo intermédio no qual as famílias e os indivíduos se pudessem apoiar contra os objectivos totalizantes do Estado. A este o que a Igreja católica pretendia essencialmente era disputar a influência sobre a educação da juventude. Carneiro Pacheco compreendeu esse desejo e, apesar da existência de rivalidades e de tensões entre a Igreja e o Estado, acabou por assegurar a relativa passividade e colaboração daquela instituição.

Não só porque recrutou, para a direcção da OMEN e da MPF, dirigentes escutistas e das associações da ACP, como porque deixou que estes impusessem nas organizações estatais da juventude, em particular na feminina, uma linha pretensamente «apolítica», fundada na religião e moral católicas. A contradição entre a Igreja e o Estado acabou por ser resolvida, através da coexistência das organizações femininas estatais e das associações católicas e através da partilha, entre elas, da mesma missão «recristianizadora» e da mesma doutrina moral e religiosa, difundidas pela OMEN e pela MPF.

Nas relações que mantiveram com as famílias, tanto a OMEN como a MPF – mesmo se esta última arrastou por vezes filiadas para actividades fora do «lar» – atribuíram às mulheres e às jovens uma missão familiar. Por outro lado, alguns pais souberam resistir à monopolização da educação pelo Estado e à interferência deste no seio do espaço privado. Diga-se também que a MPF não «ideologizou» todos os aspectos da vida privada das jovens, porque não destinava, no geral, às futuras mulheres, um espaço público de actuação política, mas sim um espaço recatado de actuação doméstica no lar. Por outro lado, a inculcação ideológica foi sempre menos importante do que a catequização religiosa.

Pode-se considerar o regime de obrigatoriedade das Mocidades um factor de «totalização» da juventude. No entanto, a filiação só foi compulsiva para a juventude escolarizada até uma certa idade, a partir de final da década de 50 do século XX. Por outro lado, a obrigatoriedade de filiação na MPF acabou por ser mitigada, não só porque esta organização não estava implantada em todos os estabelecimentos de ensino, como porque muitas jovens arranjavam maneira de não frequentar as actividades da organização feminina.

Finalmente, recorde-se que, se o Estado Novo permitiu que, até ao final da década de 50 (do século XX), as “Mocidades” (MP e MPF) actuassem com poderes crescentes no seio dos estabelecimentos de ensino e intervissem nos planos curriculares, a situação mudou a partir de então. Não só a instituição escolar foi restabelecendo a sua autoridade, como acabou por «vencer» a MPF e a MP, na segunda metade dos anos sessenta.

É possível que, através da difusão da ideia de luta contra a «mediocridade» e de atribuição de «um ideal de vida», a MPF tenha criado uma elite feminina, ao seleccionar no seio da organização graduadas, que constituíram o seu verdadeiro «escol», bem como ao moldá-las moral e ideologicamente para serem as futuras dirigentes femininas do país. Não deixa de ser um facto que muitas delas aprenderam na organização métodos de actuação e de liderança que acabaram por lhes ser úteis, mais tarde, quando algumas dessas jovens formadas na MPF e nas organizações femininas católicas se tornaram uma elite que sobreviveu às mudanças originadas pelo 25 de Abril. Já o mesmo não aconteceu com as instrutoras formadas pela MPF, recrutadas nas alunas das Escolas de Magistério Primário, pois foram consideradas de forma elitista, pela própria organização, desprovidas de bagagem cultural e, por vezes, de «idoneidade moral».

As raparigas da «massa», ou seja as jovens de todas as classes sociais que frequentavam estabelecimentos de ensino, deviam ser formadas, moral, social e fisicamente, para as tarefas femininas. De facto, uma das principais funções da MPF – embora isso não fosse expresso – consistiu em compensar o falhado projecto de uma educação escolar diferenciada, especificamente feminina, e em actuar contra a corrente do ensino sexualmente «neutro», ministrado nos liceus e nas universidades. Mas o magno propósito inicial da MPF foi o da criação, através da difusão de determinados valores e comportamentos, de uma mulher «nova».

Esse objectivo foi comum a todas as ditaduras – fascista, nazi e outras – que, nos anos trinta do século XX, utilizaram as noções de «ressurgimento nacional» para se demarcarem da «decadência» causada pelo demo-liberalismo. No Estado Novo, ao referirem inicialmente esse propósito de «regeneração» futura da nação, os ideólogos salazaristas buscavam referências a certas épocas de um passado histórico glorioso, que, num eterno retorno, renascia sempre igual e imutável. Por exemplo, nas publicações da MPF – *Boletim da MPF* e depois *Menina & Moça* – a ideologia nacionalista era legitimada por um eterno renascimento de momentos como a fundação (1140) e a restauração de Portugal (1640), que desembocavam num «fim da História», datado em 1940 e representado pelo Estado Novo de Salazar.

O ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco enunciou como objectivo a formação de uma «nova mentalidade» para criar o «homem novo» e a «mulher nova», num propósito «totalizante» na medida em que pressupunha que o Estado, substituindo-se à vontade individual e à família, penetrasse na vida privada e transformasse a identidade dos indivíduos. Foi, no entanto, tradicional a rapariga

«nova» que a MPF pretendeu criar, ao mesmo tempo que tentava manter uma sociedade profundamente hierarquizada e fossilizada através da transmissão às jovens de valores conservadores, elitistas e ruralizantes.

Inicialmente, a organização dirigiu-se às raparigas das classes média e alta dos liceus, dando-lhes conselhos elitistas sobre como deviam comportar-se com pessoas de outras classes, manter imutáveis as condições sociais, praticar a caridade e actuar nos campos da educação e do serviço social. Nelas, a MPF tentou inculcar, sem grande êxito aliás, a austeridade no vestuário e o pudor nas praias, enquanto criticava, nas outras – por exemplo, as jovens da pequena burguesia –, as tentativas de ascensão social. Os filmes e os livros que viam e liam eram estritamente vigiados pela organização feminina, que também controlava as relações das jovens com a família, os amigos e com os elementos do sexo oposto.

Nas escolas, as jovens deviam permanecer entre elas, enquadradas pelas dirigentes da MPF, e nunca socializadas através de relações com os jovens da MP masculina. A segregação entre espaços feminino e masculino era particularmente aconselhada e as influências estrangeiras, identificada com propósitos modernizadores eram consideradas perigosas. Através das suas publicações, a MPF manifestou-se particularmente contra os conflitos de gerações, intimando as jovens a permanecer no seio da família até ao casamento, a obedecer reverentemente ao pai e a não mostrar qualquer espírito de independência.

Embora tenha pretendido enquadrar a juventude feminina «de todo o Império», atingiu só o meio escolar e mesmo neste não chegou a criar centros em todos os estabelecimentos de ensino. A MPF foi essencialmente urbana e liceal na medida em que actuou exclusivamente entre as jovens escolarizadas das classes média e mesmo alta do ensino secundário, não tendo qualquer espécie de influência sobre as jovens universitárias, as dos meios rural e operário ou do sector terciário. Algumas raparigas utilizaram as actividades da MPF como espaço de socialização e de relativa libertação em relação a famílias mais «saudosistas» ou para aceder a desportos de tipo elitista proporcionados pela MPF.

Outras acabaram por conhecer uma realidade escondida – a da miséria – através das manifestações de caridade, da confecção e distribuição de «berços e enxovais», dos Foliares da Páscoa e das Embaixadas da Alegria e Bondade. Algumas filiadas – escolhidas pela MPF para serem futuras dirigentes – aprenderam métodos organizativos e de liderança nos cursos de graduadas, onde também foram induzidas a pensar social e politicamente a realidade, embora deformada pela ideologia salazarista. A essa aprendizagem juntaram-se benefícios como as bolsas de estudo, que não deixaram de ser úteis a algumas filiadas vindas da província para estudarem na cidade, ou a vida em comum nos lares da MPF. Por outro lado, a norma de «cada um no seu lugar», tão ao gosto de Carneiro Pacheco, que reservava espaços específicos de actuação a homens e mulheres acabou por levar à necessidade da formação de uma elite feminina e profissionalizada.

Ao longo dos quarenta anos de vida da MPF foram ocorrendo transformações. A partir de 1957, a MPF passou a partilhar progressivamente com a escola, a Igreja e a família a formação das jovens. Tentou acompanhar o sinal dos tempos, organizando campeonatos desportivos nacionais de carácter «competitivo» e substituindo a actividade de Formação Nacionalista por «encontros» de Formação Moral e Social. Além disso, foi instituído um regime de voluntariedade de frequência às actividades da MPF, a partir do segundo ciclo do ensino secundário. No entanto, a partir dos anos 60, o seu projecto inicial já tinha entrado em crise não acompanhando mais as mudanças que se faziam sentir – invisível mas realmente – na sociedade. Dos propósitos iniciais de «educação integral» de todas as raparigas, nada restava em 1974 quando a organização foi extinta, na sequência do golpe de Estado militar de 25 de Abril, que derrubou a ditadura portuguesa.

---

[1] Decreto-Lei nº 27 084, 14/10/1936, que reformou o ensino liceal, referia a MP ao regulamentar a cooperação da Mocidade «com todos os estabelecimentos particulares e públicos do ensino secundário». Decreto nº 27 301, 4/12/1936

[2] Decreto-Lei nº 26 611, 19 Maio de 1936, Regimento da Junta de Educação Nacional.

[3] Regulamento da MP, Decreto n.º 27 301, de 4 de Dezembro de 1936.

[4] *Diário de Notícias*, 16/7/1936.

[5] Discurso de Carneiro Pacheco, em 26 de Julho de 1934, Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado (Discursos)*, Lisboa, Bertrand, 1940, 57-63.

[6] Discurso na sessão solene de homenagem às forças militares, na Sociedade de Geografia, em 24 de Maio de 1936, *Portugal Renovado*, 213-225.

[7] Carneiro Pacheco, «Tudo anda à volta de um berço», discurso no Liceu de Dona Filipa de Lencastre no encerramento da II Semana da Mãe, em 15 de Dezembro de 1939, Lisboa, OMEN, 1939.

[8] Decreto-Lei n.º 26 893, de 15 de Agosto de 1936.

[9] Arquivo do Ministério da Educação (AHME). «Resumo das principais actividades da Obra das Mães pela Educação Nacional», Lisboa, OMEN, Novembro de 1960.

[10] Entrevista da condessa de Rilvas, *Diário de Notícias (DN)*, 8/12/1938.

[11] *DN*, 9/12/ 1938.

[12] AHME, *Relatório de Actividades da Obra das Mães pela Educação Nacional*, Lisboa, Março de 1971.

[13] Carneiro Pacheco, «Tudo anda à volta de um berço».

[14] *DN*, 12 de Julho de 1936.

[15] Arquivo Oliveira Salazar. AOS/CO/ED-1D, «Actividade da Mocidade Portuguesa».

[16] *Guidismo em Portugal através dos Tempos*, Lisboa, AGP, [s.d.].

[17] Franco Nogueira, *Salazar. As Grandes Crises (1936-1945)*, 2.<sup>a</sup> ed., Porto, Civilização, 1983, 20.

[18] AOS/CO/ED-1D. «Actividade da Mocidade Portuguesa».

[19] *Boletim da MPF*, Junho de 1939.

[20] Discurso de Maria Guardiola, no Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, final de 1938, apud. Lopes Arriaga, *Mocidade Portuguesa. Breve História de Uma Organização Salazarista*, Lisboa, Terra Livre, 1976, 126.

[21] *Mocidade Portuguesa Feminina*, ilustrações de Mitza, Lisboa, Comissariado Nacional, [s.d.].

[22] Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, 419.

[23] Simon Kuin, «A Mocidade Portuguesa nos anos 30», *Análise Social*, n.º 122, 1993.

[24] Victoria de Grazia, *How Fascist Ruled Women, Italy 1922-1945* Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1992; Claudia Koonz, «The fascist solution to the women question in Italy and Germany», *Becoming Visible. Women in European History*, ed. by Renate Bridenthal, Claudia Koonz and Susan Stuard, Boston, Houghton Mifflin Company, 1987, 2.<sup>a</sup> ed., 499-534; Denise Detragiache, «De la “mamma” à la nouvelle italienne», in *La Tentation Nationaliste*, Paris, Éditions «Dieux Tiercé», 1990, 139-166; «O patriarcado fascista. Mussolini e as italianas (1922-1940)», i *História das Mulheres. Século XX*, ed. G. Duby e M. Perrot, Afrontamento, 1995, 147-182.

[25] Irene Pimentel, «A presença do fascismo italiano em Portugal», *História*, n.º 4, Janeiro de 1995. Carta de Augusto de Castro, ministro de Portugal na Santa Sé, de 13 de Julho de 1929.

[26] Lopes Arriaga, *op. cit.*, 45

[27] AHME. Relatório da reitora do Liceu de Dona Filipa de Lencastre ao MEN.

[28] Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), 3.º piso, A1, maços 745-747.

[29] *Ibid.*, 3.º piso, A11, maços 353-358.

[30] *Boletim da MPF*, 13 de Maio de 1939.

[31] AOS/CP, correspondência particular com Carneiro Pacheco.

[32] AHDMNE, 3.º piso, A9, maço 98

[33] *Ibid.*, 3.º piso, A11, maços 353-358

- By: Irene Pimentel

Irene Flunser Pimentel è laureata in Storia presso la Facoltà di Lettere dell'Università Classica di Lisbona, ha un Master in Storia Contemporanea (XX secolo) e un dottorato di ricerca in Storia Istituzionale e Politica Contemporanea presso la Facoltà di Scienze Sociali e Umane della Nuova Università di Lisbona. È ricercatrice presso l'Istituto di Storia Contemporanea (IHC, Nuova Università di Lisbona). Ha realizzato diversi studi sul Nuovo Stato, sul periodo della seconda guerra mondiale, sulla situazione delle donne e della polizia politica durante la dittatura di Salazar e Caetano. È autrice e coautore di diversi articoli su riviste e libri di riferimento.

- 
- 

[See all this author's posts](#)

